ARTIGOS
ARTICLES
ARTÍCULOS

Desfazendo o nó de Górdio. Um diálogo entre o Direito e a Religião sobre a eutanásia

Undoing the Gordian Knot. A dialogue between the Law and the Religion about Euthanasia

Deshaciendo el nudo Gordiano. Un diálogo entre la ley y la religión sobre la eutanasia

Marcelo da Silva Carneiro*

Verônica Cristina Ruchdeschel**

Silvio Cezar José Pereira Gomes***

RESUMO

Este trabalho objetiva ser uma tentativa de reinterpretar a eutanásia na religião e de reafirmar sua necessidade para a garantia da dignidade da pessoa humana, no direito. Essas duas linhas se encontram e são, dentro de cada área, defendidas de forma a lançar luzes e desafios para ambos os lados. Sendo um assunto complexo e espinhoso, mas bastante necessário, em uma sociedade que deseja defender os valores do Estado Democrático de Direito, no que diz respeito às garantias fundamentais e sua necessária expansão. Como também bastante importante para uma religião que procura ouvir os questionamentos atuais e não deseja se manter alheia às necessidades, direitos e dignidade do homem moderno.

Palavras-chave: Eutanásia; direito; religião; dignidade; misericórdia.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo reinterpretar la eutanasia en la religión y reafirmar su práctica como una de las formas de garantizar la dignidad de la persona humana, de acuerdo con el Estado de derecho democrático. Estas dos líneas se encuentran y se defienden, dentro de cada área, para iluminar los desafíos que enfrenta el tema. Es un tema complejo y espinoso, pero bastante necesario en una sociedad que quiere defender los valores de la democracia y los derechos humanos, las garantías fundamentales y su necesaria expansión. También es muy importante para una religión que busca escuchar las preguntas actuales y no desea permanecer ajena a las necesidades del hombre moderno.

Palabras clave: Eutanasia; derecho; religión; dignidad; misericordia.

* Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), com pesquisa na área de Literatura do Mundo Bíblico. Pós-doutorando na Umesp. Pesquisador no Grupo Oracula (Umesp), membro da SBL (Society of Biblical Literature) e da ABIB (Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica).

** Mestranda em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória, Graduada em Direito (Faculdade de Direito de Ipatinga), Pedagogia (Faculdade de Pedagogia de Afonso Cláudio) e Ciências Sociais (Universidade Metropolitana de Santos).

*** Mestrando em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória, Especialista em Ciência Política (Universidade Cândido Mendes) e Graduado em Teologia (Centro Universitário Metodista - UniBennet).

ABSTRACT

This work is an attempt to reinterpret the euthanasia in religion, and to reaffirm its need to guarantee the dignity of the human being in the Law. These two lines meet and are, within each field, defended to enlighten and challenge both sides. This is such a complex and thorny but quite necessary subject in a society that wants to uphold the values of the Democratic State of Law regarding the fundamental guarantees, and their necessary expansion. As well, very important for a religion that seeks to listen to current questions and does not wish to remain away to the needs, rights and dignity of the modern man.

Keywords: Euthanasia; Law; religion; dignity; Mercifulness.

Sonho

Ela estava com câncer. Sabia que iria morrer.
Mas não queria morrer. Era muito cedo. Havia muita coisa a ser vivida.
Então, teve um sonho. Era um jantar, muitos amigos reunidos, comendo.
Aí um garçom dirigiu-se a ela e segurou a borda do seu prato para tirá-lo.
Mas ela não terminara ainda! A comida estava gostosa. Seu prato estava cheio.
Segurou então o prato para impedir que o garçom o levasse.
Ela queria comer tudo o que estava no seu prato, até o fim.
Houve um momento imóvel: o garçom, decidido a levar seu prato,
e ela, decidida a não deixar que ele o fizesse.
Passados alguns segundos nesse impasse,
ela olhou para o garçom, sorriu, largou o prato e disse:
“Pode levá-lo...”.

Rubem Alves – *Ostra feliz não faz pérola*

Introdução

Tema altamente debatido no meio jurídico e religioso, a eutanásia tem se configurado como uma discussão sem fim. Razão pela qual pode ser comparada à famosa lenda do “Nó de Górdio”. Na medida em que algo que deveria ser resolvido de forma simples e objetiva, tem-se criado uma celeuma em torno do assunto, dividindo opiniões no Brasil e no mundo.

A lenda do “Nó de Górdio” se refere a uma narrativa que envolve o Rei da Frígia e Alexandre, o Grande. Diz-se que aquele rei morreu sem deixar herdeiro para o trono e, de acordo com o oráculo, o sucessor seria aquele que chegasse à cidade num carro de bois. Tal profecia teve seu cumprimento com a chegada de um camponês, com o nome de Górdio. De forma humilde, Górdio amarrou sua carroça no templo de Zeus com um enorme nó que era impossível de ser desatado. Ocorre que, com o avançar do tempo, ele deixou seu filho Midas como herdeiro, porém este não deixou sucessor, e, de acordo com o oráculo, quem desamarrasse o nó dominaria o mundo. Passou-se meio século até que Alexandre, o Grande, ao passar por esta cidade, sabendo desse feito, foi ao templo de Zeus. Ao se deparar com este imenso e complexo nó, após refletir um bom tempo sobre como

poderia solucionar tal enigma, apoderou-se de sua espada cortando o nó bem ao meio. Verdade é que, em pouco tempo, Alexandre fez história, tornando-se o imperador da Ásia Menor (BULFINCH, 2002, p. 62).

Tanto para o direito quanto para a religião, a eutanásia circula entre os temas polêmicos. Neste trabalho, procurar-se-á fazer uma tentativa de reinterpretação, na religião, e de reflexão, no direito, acerca da eutanásia como necessária, justa e fruto de uma sociedade que possui compaixão pelo sofrimento dos seus.

Para iniciar o diálogo

Antes de serem apresentadas as posições do Direito e da Religião, é necessário que ambas entrem em consenso sobre os termos mais caros ao assunto. Sendo assim, neste tópico se buscará uma definição para a “eutanásia”.

Documentalmente, a primeira pessoa a nomear o vocábulo “eutanásia” foi o filósofo britânico Francis Bacon, no século XVII. Bacon dizia que era o único método concebível diante de doenças terminais incuráveis (GUIMARÃES, 2011, p. 24). Este seria o primeiro registro do termo, na história. A prática da eutanásia, por outro lado, já é conhecida nas civilizações mais antigas.

Apesar do registro citado, não existe nele uma conceituação do termo. Há apenas aceitação e recomendação de sua prática. Barro e Marvel apresentam uma definição que satisfaz aos objetivos deste trabalho:

[...] ação médica intencional de apressar ou provocar a morte – com exclusividade benevolente – de pessoa que se encontre em situação considerada irreversível e incurável, consoante os padrões médicos vigentes, e que padeça de intensos sofrimentos físicos e psíquicos (BARROSO; MARTEL, 2010, p. 238-239).

Portanto, eutanásia, neste trabalho, será assumida como uma atitude ética que busca dar dignidade ao paciente em seus últimos dias.

Eutanásia à luz do Direito e da Religião

A “espada de Alexandre”, utilizada para resolver esse problema, seria a criação de uma lei no sentido de tornar essa prática lícita no Brasil. Obviamente, tal medida somente se daria em casos extremos, dramáticos, nos quais a vida ou a tentativa de manter a sobrevivência fossem algo sem o menor sentido para o paciente, seus familiares e da equipe de assistência médica, deixando o ato da eutanásia em si em segundo plano (MONTEIRO, 2000, p. 466).

A grande controvérsia que surge nessa polêmica diz respeito a quando se utilizar da eutanásia ou do suicídio assistido. Em muitos países, como a Suíça e a Holanda, por exemplo, admite-se tirar a própria vida por outros motivos, sem ser por doença terminal. Recentemente, o mundo presenciou a morte de um cientista australiano de 104 anos de idade que viajou até à Suíça para dar fim à sua vida, por conta da piora das dores crônicas que o atormentavam há anos e por entender que não fazia mais sentido viver neste mundo (AFP, 2018).

Destarte, os adeptos da eutanásia, ao se depararem com situações semelhantes, advogam que a vida perdeu a sua qualidade e o seu valor. Sendo que o indivíduo deixou de ser humano e, nestes casos, a prática desses atos está distante de ser configurada como homicídio. Torna-se mais coerente caracterizá-la como uma ação benevolente para a pessoa em que a vida está sem mais dignidade, encontrando-se muitas vezes em grau severo de depressão (GOMINHO, 2019).

O Estado laico está entre as grandes conquistas da idade moderna. Deixando de lado a decisão divina para com as situações do Estado e do dia-a-dia, abrindo-se, com isso, a possibilidade para a tolerância e a convivência entre os diferentes. Inclusive para os próprios religiosos, a separação entre Estado e religião é um ganho. Pois, dentre tantas garantias, está a liberdade religiosa. Pode-se dizer que “a separação entre Estado e religião fortalece a liberdade de crença e de consciência” (COSTA; MOLINARIO, 2018, p. 263-264).

Apesar disso, o relacionamento entre religião e Estado, no Brasil, que se programou para a laicidade, mantém-se em algum nível e com alguma força. Não da mesma forma e dinâmica de uma teocracia. Contudo, ainda se pode perceber a atuação religiosa na coisa pública. Ricardo Mariano vai concluir que a laicidade estatal, no Brasil, foi “acuada” por evangélicos e católicos (MARIANO, 2011, p. 254).

Há de se supor que um dos grandes obstáculos para se aprovar um projeto de lei que torne legal a opção pela eutanásia esteja, justamente, nas crenças religiosas a respeito da morte ou vida.

A morte digna, um direito fundamental e vontade divina

Para os adeptos da eutanásia, o direito de morrer encontra respaldo na Constituição Brasileira, amparado pela dignidade da pessoa humana.¹

¹ BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana.

Hoje, a medicina se vale de muitos meios legais para prolongar a vida de uma pessoa, mesmo pacientes em estado terminal ou em estado vegetativo. Mas, até que ponto esse prolongamento pode ser chamado de digno? Sofrimentos, angústias, desesperos, ou, talvez, falsas esperanças, além do consumo de tempo, dinheiro dos familiares, muitas vezes onerando o próprio Estado.

Impede-se, inclusive, que outra pessoa, com um diagnóstico médico mais favorável, possa estar em melhores condições de ocupar uma vaga de CTI, no lugar daqueles moribundos sem expectativa de vida. Em situações semelhantes a estas, a lei deveria se impor e permitir que o paciente sob a sua vontade pudesse descansar em paz, abreviando o sofrimento de todos (MONTEIRO, 2000, p. 464).

Além disso, o direito de uma morte com dignidade suscita vários questionamentos. Entre eles o direito de o paciente manter um diálogo democrático com a equipe médica que o assiste; a questão de confiança no quesito relação médico-paciente, importante em uma tomada de decisão em conjunto; informações diárias sobre o boletim médico da situação de gravidade do doente; o direito de saber sobre o benefício que pode advir de um novo tratamento, ou se algum tratamento vai trazer mais sofrimentos e incertezas por ser, em muitos casos, algo experimental; bem como a decisão final do paciente de decidir seu destino, aceitando ou não as intervenções cirúrgicas que lhes são propostas e os medicamentos excepcionais ou desproporcionais em última instância (MONTEIRO, 2000, p. 464-465).

Insta destacar que o corpo humano, formado pelo conjunto de órgãos agrupados em sistemas orgânicos, pode ser mantido por um longo tempo em unidades de terapia intensiva de forma artificial. Sem apresentar melhora ou cura, estando num quadro de estabilidade, porém sem evolução clínica favorável. Muitas vezes apenas adiando o fenômeno da morte. Destarte, seria muito mais uma prática de postergar a morte de um paciente que, na maioria das vezes, se enquadra como paciente terminal (MONTEIRO, 2000, p. 467).

Mas será que, mesmo diante de uma lei que autorizasse a decisão do paciente, esse quadro desenhado nos parágrafos anteriores seria resolvido? É preciso considerar a influência da religião nesse ponto.

O obstáculo para o andamento de um projeto de lei com esse objetivo, ainda que vencido, poderia, por exemplo, resultar numa lei pouco praticada. Talvez por ateus e os que, de alguma forma, possuíssem uma família atea, ou que desafiassem a crença de seus familiares. Entretanto, há possibilidade de se dialogar religiosamente, também, sobre esse assun-

to, de forma a propor uma reinterpretação à luz das tradições religiosas. Particularmente as judaico-cristãs.

Obviamente, manter um diálogo religioso que ultrapasse os limites impostos pelo conservadorismo não seria suficiente, sem a aprovação de uma lei que regulamentasse a prática da eutanásia. Por isso, talvez exista a importância da religião e o direito dialogarem.

Antes de avançar sobre esse ponto, vale mencionar a posição das religiões frente à morte. Andrés Torres Queiruga vai pontuar que “toda religião é religião de salvação. A salvação [...] enquanto religiosa, também remete sempre a algum tipo de libertação da miséria da morte” (QUEIRUGA, 2004, p.119). A própria expressão “miséria da morte” demonstra uma posição negativa sobre ela. Como se a morte fosse um perigo, ou algo que precisasse ser evitado. Uma situação da qual o ser humano precisa ser salvo.

Libânio e Bingemer (1985, p. 146-177) encontram, na decisão do Concílio de Cartago, do ano 418, a origem da doutrina cristã sobre a morte como um castigo. A ideia de que a imortalidade era vivida no Jardim do Éden e que, por conta do pecado, o homem estaria condenado à morte. Essa visão negativa sobre o fim da existência está presente ainda hoje no imaginário religioso. Sendo uma condição negativa da existência, nada mais coerente do que procurar evitá-la de todas as formas. O manter-se vivo a todo custo, ao que parece, tem uma capacidade de aceitação maior do que o morrer: Morrer é ruim, viver é bom. A qualidade dessa vida pouco importa.

Talvez um dos preparativos para se tentar desfazer esse “nó de Górdio” seja reinterpretar a morte a partir das mesmas tradições religiosas que a enxergam negativamente. Há no diálogo entre a cultura popular e a religião um certo sentido de que a morte é um fenômeno natural, porém, nem por isso, deixa de ser vista como negativa. Uma expressão desse conhecimento da cultura popular está na obra “Auto da Compadecida”, de Ariano Suassuna. O personagem Chicó, ao mencionar a morte de um cão, diz:

É verdade, o cachorro morreu. Cumpru sua sentença e encontrou-se com o único mal irremediável, aquilo que é a marca de nosso estranho destino sobre a terra, aquele fato sem explicação que iguala tudo o que é vivo num só rebanho de condenados, porque tudo o que é vivo morre (SUASSUNA, 2018, p. 53-54).

É possível perceber a aceitação da natureza da morte como “aquilo que é a marca de nosso estranho destino sobre a terra” e “tudo que é vivo morre”. Assim como se nota a compreensão negativa, ao compará-la como “mal irremediável” e “sentença”. Ao mesmo tempo, Suassuna aponta para o mistério que há na morte. Chamando-a de “fato sem explicação”.

Há, entretanto, dentro da própria religião moderna, discursos que procuram naturalizar a morte e retirar sua condição de castigo ou consequência de um pecado original. Libânio e Bingemer, tendo como base 2Samuel 14,14 e Salmos 89,49, afirmam:

A morte do homem como ato da natureza não é consequência do pecado. É simples dado bruto. É necessidade intrínseca à vida biológica. [...] A morte, ato da natureza, reflete a profunda dependência do homem em relação à natureza. Dela veio, a ela volta (LIBÂNIO; BINGEMER, 1995, p. 152).

Há outros que dão um passo a mais. Compreendem a morte não como natural, apenas. Nilton Bonder, por exemplo, enxerga a morte dentro da religião judaica como boa, ou, em suas palavras, “muito boa”. Ele lembra o Rabino Meir, no *Midrash*, em *Gênesis Rabba*. Comentando o texto de Gênesis 1,31, no qual Deus olha tudo que fez e diz ser “muito bom”, Rabino Meir afirma que “isso se refere ao Anjo da Morte”. Bonder ainda vai escrever que:

É no mínimo surpreendente imaginar o Criador, Aquele/a que faz e diferencia tudo, que cria, dando identidade e especificidade, a tudo, que possa apreciar sua obra como um artista e afirmar ser justamente o Anjo da Morte o seu toque de Mestre [...]. A morte e a vida são parceiras, não adversárias. Ora são parceiras para preservar a vida, ora são parceiras para preservar a morte (BONDER, 2011, p. 59).

Observar a morte não como inimiga é um passo interessante para que se consiga entender que nem todo tipo de vida é mais importante do que a morte. São Francisco de Assis também encarava a morte como parceira, ou melhor, irmã:

[...] que nossa irmã morte seja bem acolhida. Como se acolhe o sono depois de um dia de fadiga. Que a irmã morte seja agraciada. Ela só é dura para os violentos. Seu corpo tem a placidez dos mármore. Seu rosto é um cristal de paz. Ele deseja estar nu sobre o solo nu para nascer para a vida eterna. Que nossa irmã morte seja festejada. Ela nos abre as portas de ouro do vergel de luz. Que a nossa irmã morte seja bendita. Ela, aurora no seio das trevas. Verão que jamais terminará. (CHANCEREL *apud* LIBÂNIO; BINGEMER, 1995, p. 148)

Leonardo Boff, refletindo sobre a morte, vai concluir que ela é, de fato, o fim da vida. Mas não interpreta esse “fim” como extinção da vida, mas sim como finalidade:

O homem é mais do que *Bios*, porque é mais que animal. É mais do que o tempo porque ele suspira a eternidade do amor e da vida. O homem é pessoa interioridade. Para esse, a morte não é o fim-fim, mas um fim plenitude e um fim-meta alcançada (BOFF, 2012, p. 42).

Ele vai além e chama a morte de “verdadeiro natal do homem”. Nesse sentido, o Direito precisa questionar a religião sobre qual o valor da vida quando ela se limita ao *Bios*, conforme Leonardo Boff. Quando o prolongar desse *Bios* serve apenas como impedimento temporário do ser humano chegar ao seu “fim-meta alcançada”, quando os aspectos da vida temporal perdem seu sentido, que tipo de vida se deseja manter? Se a morte for irmã, não há derrota com a sua chegada, após uma doença terminal ou outras condições que transformam a vida apenas em *Bios*.

O direito de não sofrer e a compaixão pelos castigados

Voltando para a eutanásia, sua prática está presente na humanidade desde que se tem registros históricos, sendo um ato muito comumente praticado no mundo antigo. Na Grécia, era defendida por Platão, Sócrates e Epicuro, porém diferindo nas situações em que deveria ser exercida. Sócrates e Epicuro defendiam-na em caso de enfermidade fatal, já Platão era de uma vertente mais liberal e defendia a aniquilação da vida em idosos, anciãos, pessoas débeis e doentes (SABIO, 2019).

Pontua-se ainda alguns casos extremos da prática da eutanásia nas civilizações europeias, como a Alemanha, por exemplo, em que se apregoava a prática da eutanásia associada à eugenia, em que havia uma distorção do real propósito dessa atitude, pois visava ao aprimoramento de uma raça, executada de forma cruel, sem ternura, e desrespeitando a decisão das pessoas. Assim ocorria uma espécie de “higienização social” visando eliminar doentes terminais, deficientes, com “doenças estigmatizantes” e indesejáveis (NOGUEIRA, 1995). Desta forma, a eutanásia era praticada pelos mais variados métodos, sem escrúpulos e pudor algum, muitas vezes por questões políticas e até mesmo epidemiológicas. Neste último caso, era utilizada para controle demográfico (NOGUEIRA, 1995, p. 43-44).

Percebe-se que, na antiguidade, a prática da eutanásia era muito comum e difundida entre as civilizações antes da era cristã (SABIO, 2019). Com o advento da cristandade, as doutrinas da Igreja ganharam mais força, iniciando toda uma problemática de pecado/inferno aos que exercessem ou contribuíssem de forma direta e indireta para este ritual.

Corroborando com tal prática, o mundo contemporâneo não assumiu vertente diferente, concedendo ao Direito moderno, mais precisamente à esfera penal, a incumbência de tornar crime tal ofício (SABIO, 2019). Conforme se observa no diploma de Direito Penal, em seu artigo 121, como uma forma de homicídio privilegiado:

Art. 121 - Matar alguém. §1º - Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço (VADE *Mecum*, 2019, p. 123).

Doutrinariamente, essa é a tipificação da eutanásia, quando em caso de relevante valor moral, social – que no caso é o desejo do paciente para que não sofra – pode ser aplicada a cláusula de diminuição da pena.

Nesse mesmo sentido, em 1980, o Vaticano se pronunciou oficialmente sobre a eutanásia, condenando-a, e dando apoio somente a *ortotanásia*. Diante disso, importa o posicionamento do Vaticano:

Nada nem ninguém pode autorizar a morte de um ser humano inocente, porém, diante de uma morte inevitável, apesar dos meios empregues, é lícito em consciência tomar a decisão de renunciar a alguns tratamentos que procurariam unicamente uma prolongação precária e penosa da existência, sem interromper, entretanto, as curas normais devidas ao enfermo em casos similares. Por isso, o médico não tem motivo de angústia, como se não houvesse prestado assistência a uma pessoa em perigo (VATICANO, 1980).

Considerando a declaração do Vaticano, percebe-se que ninguém pode autorizar a morte de um ser humano inocente, porém, diante de uma morte inevitável, apesar dos meios empregados, é lícito em consciência tomar a decisão de renunciar a alguns tratamentos que procurariam unicamente uma prolongação precária e penosa da existência.

O Brasil posiciona-se alinhado ao Direito moderno, sendo que, em 1996, houve de forma incipiente uma atitude de começar a “desfazer o nó de górdio” com um Projeto no Senado Federal na forma de lei, propondo a legalização da prática da eutanásia. Porém, dados os entraves e a complexidade de querer encarar essa realidade aqui no Brasil, o projeto nem sequer foi levado ao plenário para votação.²

Diferentemente, em outros países, principalmente europeus, como por exemplo Luxemburgo, Holanda e Bélgica, a eutanásia já é permitida

² Trata-se do PL 125 de 1996.

por Lei e outros países como Inglaterra, França, Suíça e Alemanha estão amadurecendo e já caminham nessa direção com as peculiaridades de como cada país vai assimilando e lidando com essa situação e com outras modalidades semelhantes como a *ortotanásia* e o suicídio assistido (PES-SINI, 2004, p. 115-125).

O Brasil tem engatinhado nesse sentido, mas, diante de tais situações, será que vale a pena tentar manter alguém em tais condições? Um caso notório e bem recente que ganhou repercussão da mídia foi o que ocorreu no hospital evangélico em Curitiba, no setor de unidade de terapia intensiva que, sob o comando da médica Virgínia Helena Soares de Souza, ordenava a aplicação de medicamentos que faziam cessar os parâmetros cardiorrespiratórios. O intuito era pôr fim à vida de pacientes sem expectativa de melhora, a fim de liberar leitos nesse setor da UTI. A doutora esteve presa por um mês, sendo liberada a seguir, e seus subordinados, que executaram esses atos, foram absolvidos pelo juiz sem sequer ir a júri popular (BEZERRA, 2019).

Muito se questiona se a legalização da eutanásia e até mesmo do suicídio assistido não iriam fomentar a prática abusiva e excessiva do número de enfermos que teriam suas vidas ceifadas de forma desenfreadas. Em países nos quais é proibida a eutanásia e o suicídio assistido, muitos estudos apontam um número muito mais expressivo desse tipo de morte do que nos países em que essa prática é lícita e rotineira (BAIGES, 2002, p. 95-96). O Estado tem autonomia para permitir essas condutas, bem como torná-las lícitas, além de fiscalizar e impedir os excessos.

Adentrando-se no Direito Penal, verifica-se que uma conduta, para ser considerada típica, deva haver lesão à pessoa ou a algum bem que lhe pertence. Dessa forma, haverá a geração de um risco não permitido como advoga a Teoria da Imputação Objetiva (GRECO, 2008, p. 72-79). Tendo em vista que aquele que auxilia ou executa a morte de uma pessoa cuja vida construída já não tem mais sentido viver, pois a mesma já não mais encontra espaço e oportunidade para se desenvolver, manifestada pelo desejo da vítima em morrer, não há desrespeito à integridade e ao direito da pessoa, mas sim uma forma de descanso, devido ao sofrimento que a pessoa veio a ter.

Assim, a morte passa a ser vista como algo salvador e confortador (GÁLVEZ, 2002, p. 171). Uma opção seria a criação de um dispositivo do Código Penal legitimando a prática da eutanásia e do suicídio assistido, permitindo a conduta por profissionais médicos e especializados neste segmento de sofrimento humano que, muitas vezes, envolve a dor orgâ-

nica ou psíquica.³ Haja vista um princípio do Direito Penal denominado “Princípio da Alternatividade” que pode ser evocado nesta situação, mesmo que seja a última opção e todas as medidas efetivas tenham sido esgotadas no sentido de determinar se a luta pela vida do doente ainda é o cerne da questão ou por uma questão de dignidade da pessoa humana esse último protocolo da eutanásia deva ser aplicado.

Há uma outra posição da religião que faz com que se encontre razão em manter todo esse sofrimento, e que qualifica a eutanásia como pecado, crime, ou, para ser mais exato, homicídio. Ainda que o Direito Penal possa ser utilizado de forma a rejeitar as acusações que a religião mantém.

Referimo-nos à ideia de que apenas Deus pode tirar ou dar a vida. Diz-se que “É Iahweh quem faz morrer e viver, faz descer ao Xeol e dele subir” (2 Samuel 2,6). Isso traz para a eutanásia um problema maior, por considerar que, enquanto houver vida, ou chance dela, esta deve ser mantida. Portanto, não basta naturalizar a morte e vê-la como uma criação muito boa, do próprio Deus. Deus, somente, tira e dá a vida.

Aqui a concepção de vida, porém, está bastante restrita. Limita-se aos aspectos biológicos. O tipo de vida ao qual a religião jamais se limitaria. No mito do sofrimento de Jó, por exemplo, o personagem clama por uma “eutanásia”. Não suporta mais o sofrimento que Deus o impôs, no lugar de permiti-lo, tão somente, morrer. Assim, Jó 7,4-21:

Quando me deito, penso: “Quando virá o dia?” Ao me levantar: “Quando chegará a noite?” E pensamentos loucos invadem-me até ao crepúsculo. Meu corpo cobre-se de vermes e pústulas, a pele rompe-se e supura. Meus dias correm mais rápido do que a lançadeira e consomem-se sem esperança. Lembra-te que minha vida é um sopro, e que meus olhos não voltarão a ver a felicidade. Os olhos de quem me via não mais me verão, teus olhos pousarão sobre mim e já não existirei. [...] Acaso sou o Mar ou o Dragão, para que me cerques com guardas? Se eu disser: “Meu leito consolar-me-á e minha cama aliviar-me-á o sofrimento”, então me assustas com sonhos e me aterrorizas com visões. Preferiria morrer estrangulado; antes a morte que meus tormentos. Eu pereço, não viverei para sempre; deixa-me, pois os meus dias são um sopro! Que é o homem, para que faças caso dele, para que te ocupes dele, para que o inspeciones cada manhã e o examines a cada momento? Por que não afastas de mim o olhar e não me deixas até que tiver engolido a saliva? Se pequei, que mal te fiz com isso, sentinela dos homens? Por que me tomas por alvo e cheguei a ser um peso para ti? Por que não perdoas meu delito e não deixas passar a minha culpa? Eis que vou logo deitar-me no pó; procurar-me-ás e já não existirei.

³ Há uma subespecialidade médica, dentro da especialização de Anestesiologia, chamada Clínica da Dor. (CFM define DOR como área de atuação da Clínica Médica, Cf. Sociedade Brasileira de Clínica Médica Website. Disponível em: <http://bit.ly/2ZbBgIr>. Acesso em: 23 junho de 2019.

É nesse estágio que se encontram os pacientes a quem se direcionaria a eutanásia. O sentimento de Jó de que Deus o está castigando está justamente na crença de que cabe a Deus retirar a vida. O que seria para o personagem um alívio. Porém, Deus o mantém sob sofrimento. Na novela de Jó, o final para o personagem foi bom. Ele, de fato, teve de volta a saúde e toda a riqueza que havia perdido. A vida, porém, está para além de uma novela. A realidade é que inúmeros doentes, religiosos, podem interpretar suas dores, seus sofrimentos, antes da morte, como um castigo divino. Cabe a Deus levá-lo sem dor; por que não o faz? Por que há necessidade de tanta dor e de tanto sofrimento, antes do fim? Que vontade divina é essa que, na partida, não concede um pouco de alento para que não haja traumas das dores nos que ficam, e nem culpa, medo e angústia naqueles que estão indo, nos dias que antecedem sua partida?

Nesse sentido, interpretando a morte como um bem divino, como parte de sua criação muito boa para o ser humano, como finalidade ou irmã, o sofrimento que antecede esse bem pode ser considerado um inferno. Ou ainda, quem sabe, com a antiga visão de purgatório, que era considerado, nas palavras de Boff (2012, p. 67), um “pré-inferno” ou “uma vingança divina em vista do passado do homem”. Depois desse sofrimento, enfim, a morte e os braços de Deus.

Olhando por esse prisma, a eutanásia pode ser vista como um alento, uma possibilidade de o ser humano dizer “não” a esse sofrimento “imposto por Deus”. Uma forma de livrar o doente religioso de um inferno, permitindo-o encontrar sua “irmã”, sem dor e sem “pré-inferno”. A eutanásia seria, assim, uma ação misericordiosa para com aqueles que têm aquilo se enquadra no que Leonardo Boff chama de “existência absurda”:

o inferno é uma existência absurda que se petrificou no absurdo. [...] Sem sentido ninguém pode viver [...]. Inferno significa não ter mais futuro, não ver mais saída alguma, não poder realizar nada daquilo que quer ou deseja. [...] Sua existência é absolutamente absurda (BOFF, 2012, 106-107).

A eutanásia seria uma atitude misericordiosa que livra o ser humano desse inferno. Ciente de que após tanta dor e tanto sofrimento virá a “irmã” com seu descanso, a eutanásia permite que esse encontro com “nosso estranho destino sobre a terra” seja mais leve, mais digno, mais amoroso e mais divino, por assim dizer. As dores, a vergonha, o desespero, o desamparo e os traumas que os familiares passam são convertidos em um inferno em vida. Em um inferno real. Em nome de um Deus nada amoroso, transforma-se a experiência mitológica de Jó em histórica. E, em

dores, se clama por um Deus que realize a eutanásia que os seres humanos negam. Olhando por esse prisma, espera-se que Deus conceda o alívio que a ausência da compaixão humana é incapaz de produzir.

Considerações finais

A descriminalização da eutanásia traria um grande avanço para a consolidação dos direitos fundamentais no que diz respeito à dignidade humana e ao direito de morrer nesta seara. Trata-se de uma decisão do paciente que, ao se encontrar diante de uma realidade não mais favorável à sua existência, tem o direito de manifestar o livre-arbítrio do que gostaria de fazer diante da finitude de sua vida.

Destaca-se que esse direito é exclusivo do paciente, a menos que, em situação de inconsciência, seus representantes legais decidam qual conduta deva ser tomada, caso obviamente o doente não deixe nenhum esclarecimento por escrito.

Também se manifesta o dado misericordioso da eutanásia, como ferramenta libertadora de um sofrimento e de um encontro com o destino de todos, de forma mais digna, mais tolerante e mais amorosa. Se permite a despedida e se permite o direito de receber a irmã de braços abertos.

Assim se pode iniciar mais uma tentativa de desatar o “nó de Górdio”. E, assim como na lenda, o imbróglio acerca do instituto da eutanásia não é incompreensível como parece ser. Dessa forma, fecha-se o ciclo da vida com a morte, pois viemos do pó e ao pó retornaremos. Somos da natureza e à natureza voltaremos. Como dizia o *Qohelet*, “tudo é vaidade”, tudo é sopro, tudo é efêmero, tudo é vão.

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ GÁLVEZ, Íñigo. *La eutanasia voluntaria autónoma*. Madrid: Dykinson, 2002.

ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo: Planeta, 2014.

BAIGES, Víctor Méndez. *Sobre morir: eutanasias, derechos, razones*. Madrid: Editorial Trotta, 2002.

BARROSO, L. R.; MARTEL, L. C. V. A morte como ela é: dignidade e autonomia individual no final da vida. *Revista da EMERJ*, v. 13, n. 50, 2010.

Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2016 [2002].

BOFF, Leonardo. *Vida para além da morte*. Petrópolis: Vozes, 2012.

- BONDER, Nilton. *A arte de se salvar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BULFINCH, Thomas. *História de deuses e heróis: o livro de ouro da mitologia*. 26. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- COSTA, Sebastião P.; MOLINARO, Carlos Alberto. Crenças, religiões e o Estado de Direito. *Verdere*, v. 10, n. 20, p. 262-276, 2018.
- GRECO, Luís. *Estudos de Direito Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- GUIMARÃES, Marcello Ovídio Lopes. *Eutanásia: novas considerações penais*. São Paulo: Leme J. H. Mizuno, 2011.
- LIBÂNIO, João Batista; BINGEMER, Maria Clara L. *Escatologia cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, v. 11, n. 2, p. 221-237, 2011.
- MONTEIRO Ethienne. Rumo a uma legislação da eutanásia voluntária? Reflexões sobre a tese da autonomia. *Revista dos Tribunais*, v. 89, n. 778, p. 461-475, 2000.
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Em defesa da vida*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- VADE Mecum RT. BRASIL. Código Penal. Lei n. 2.848 de 07 de dezembro de 1940*. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

Documentos eletrônicos

- AFP. Cientista australiano de 104 anos viajará à Suíça para morrer. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30/04/2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/04/30/interna_internacional,955231/cientista-australiano-de-104-anos-viajara-a-suica-para-morrer.shtml>. Acesso em 28 de fev. de 2019.
- BEZERRA, Mirthyani. Justiça inocenta médica acusada de matar pacientes em Curitiba. *UOL Notícias*, 21/04/2017. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/04/21/justica-inocenta-medica-acusada-de-antecipar-a-morte-de-paciente-em-curitiba.htm>>. Acesso em: 28 de fev. de 2019.
- BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Eutanásia, ortotanásia e distanásia: breves considerações a partir do biodireito brasileiro. *Revista Jus Navigandi*, **Terezina, Ano, n. 871**, 21 nov. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7571>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- BRASIL. SENADO FEDERAL. Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1996. Disponível em: <http://bit.ly/2YosJRM>. Acesso em: 29 de julho de 2019.
- GOMINHO, Leonardo Barreto Ferraz; SOUZA, Laís de Sá Nogueira. *Análise jurídica sobre o instituto da eutanásia*, 2017. Disponível em: Acesso em: 15 de fev. de 2019.

LIMA NETO, Luiz Inácio de. *A legalização da eutanásia no Brasil*. Revista *Jus Navigandi*, Terezina, Ano 8, n. 81, 22 set.2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4217>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

SABIO, Letícia Goldino; LOURENÇÃO, Isabela Rodrigues; CARBINATTO, Luiza. Ética e Eutanásia. *Jusbrasil*. Disponível em: <https://legoldoni.jusbrasil.com.br/artigos/403895307/etica-e-eutanasia>. Acesso em: 17 de fev. de 2019.

VATICANO. *Declaration on euthanasia*. 1980. Disponível em: <http://bit.ly/2PYLIPP>. Acesso em maio de 2019.

Submetido em: 7-8-2019

Aceito em: 10-10-2019